



**Tânia Raquel  
Lopes Pereira**

**A Transição para o SNC e o Endividamento das  
Empresas**



**Tânia Raquel  
Lopes Pereira**

**A Transição para o SNC e o Endividamento das  
Empresas**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade – Ramo Auditoria, realizada sob a orientação científica da Mestre Cecília Margarita Rendeiro do Carmo, Professora Adjunta, Universidade de Aveiro

## **O júri**

Presidente

Professora Doutora Graça do Carmo Azevedo  
Professora Adjunta, Universidade de Aveiro

Orientadora

Mestre Cecília Margarita Rendeiro do Carmo  
Professora Adjunta, Universidade de Aveiro

Arguente

Mestre Joaquim Agostinho Mendes Leite  
Professor Adjunto, Instituto Politécnico de Bragança

## **Agradecimentos**

Começo por agradecer à Dra. Cecília Carmo pela orientação, pela preciosa ajuda e pela crítica ao meu trabalho.

Agradeço amavelmente aos meus amigos, Marília e Cláudia e Cláudio, pelo apoio, pela companhia, pelas risadas sem sentido, por tudo. Obrigado por me tornarem uma pessoa mais feliz e completa, muito contribuíram, sem terem, por vezes, consciência disso.

E por fim, porque os últimos são sempre os primeiros, agradeço aos meus pais, Graça e José Pereira por me terem dado a oportunidade de alcançar o meu objetivo, agradeço a motivação e confiança depositada, que desde criança me transmitiram, foi ela que me tornou a pessoa que sou hoje. Tudo o que sou devo-o a vós! Agradeço às minhas queridas irmãs, Carina, Adriana e Catarina em especial à minha irmã Carina obrigado pelo apoio, pelo incentivo, pela ajuda e pelo facto de nunca me deixares desistir de nada, muito obrigado por tudo que fazes por mim, não esquecendo a ajuda do meu cunhado Daniel. Obrigado pelo apoio que sempre me deram, as palavras de incentivo nas horas difíceis e o amor que todos os dias me transmitem.

Adoro-vos mais que tudo, obrigado por me fazerem feliz!

E muito obrigado Meu Deus por tudo o que me dás!

**Palavras-chave**

Sistema de Normalização Contabilística (SNC);  
Endividamento; Transição.

**Resumo**

Na presente dissertação é analisado o efeito nos rácios económico-financeiros decorrentes da transição do POC para o SNC, com base numa amostra de 73 sociedades anónimas portuguesas. Considerando que as empresas com maiores necessidades financeiras poderão ter realizado opções contabilísticas no sentido de melhorar os seus rácios com a transição para o SNC, procura-se aferir se existem diferenças no efeito desta transição entre empresas mais e menos endividadas.

Os resultados obtidos demonstram que os rácios económico-financeiros que apresentam variações significativas com a transição são os rácios de liquidez geral, reduzida e imediata e o rácio de rendibilidade dos capitais próprios. A análise realizada permite concluir que as variações observadas nos rácios económico-financeiros são idênticas entre empresas com maior e menor endividamento.

**Keywords**

Accounting Standardisation System; Indebtedness; Transition.

**Abstract**

In this study is analyzed the effect on economic and financial ratios of the transition from the Portuguese local GAAP (POC) to a new Accounting Standardization System (SNC), based on a sample of 73 portuguese corporations.

Whereas companies with greater financial needs may have conducted accounting options to improve their ratios with the transition to the new Accounting Standardization System (SNC), this study seeks to assess if there are differences in the effect of this transition between more and less indebted companies.

The results show that the economic and financial ratios with significant variations in the transition are the liquidity ratios and the return on equity. The analysis shows that the observed variations in the economic and financial ratios are identical between companies with higher and lower debt.

## Índice

<b>Índice de Tabelas .....</b>	<b>II</b>
<b>Lista de Abreviaturas .....</b>	<b>III</b>
<b>1. Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>2. Revisão de Literatura e formulação da hipótese de investigação.....</b>	<b>3</b>
<b>2.1. A transição para o SNC .....</b>	<b>3</b>
<b>2.2. Evidência empírica sobre o impacto da transição para as IAS/IFRS.....</b>	<b>5</b>
<b>2.3. Evidência empírica sobre o impacto da transição do POC para o SNC</b>	<b>13</b>
<b>2.4. Formulação da hipótese de investigação.....</b>	<b>19</b>
<b>3. Estudo Empírico .....</b>	<b>21</b>
<b>3.1. Metodologia .....</b>	<b>21</b>
<b>3.2. Amostra e estatísticas descritivas.....</b>	<b>26</b>
<b>3.3. Resultados.....</b>	<b>32</b>
<b>4. Conclusão .....</b>	<b>39</b>
<b>5. Bibliografia .....</b>	<b>41</b>

## Índice de Tabelas

<b>Tabela 1</b> - Impactos nas demonstrações financeiras.....	14
<b>Tabela 2</b> - Estatísticas descritivas das rubricas agregadas das demonstrações financeiras e dos rácios sob POC em 31/12/2009 (milhares de euros).....	28
<b>Tabela 3</b> - Estatísticas descritivas das rubricas agregadas do balanço e demonstração dos resultados sob SNC em 31/12/2009 (milhares de euros) .....	30
<b>Tabela 4</b> - Resultados do teste de aderência à normalidade <i>Kolmogorov-Smirnov</i> .....	32
<b>Tabela 5</b> - Resultados dos testes realizados na totalidade da amostra .....	33
<b>Tabela 6</b> - Resultados dos testes realizados em função do nível de endividamento das empresas.....	34
<b>Tabela 7</b> - Resultado dos testes realizados em função do nível de dívida financeira das empresas .....	37



## Lista de Abreviaturas

AF	Autonomia Financeira
CE	Comissão Europeia
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
DF	Demonstrações Financeiras
E	Endividamento
Emp. - Endiv	Empresas menos Endividadas
Emp. + Endiv	Empresas mais Endividadas
IAS	International Accounting Standards
IASB	International Accounting Standards Board
IES	Informação Empresarial Simplificada
IFRS	International Financial Reporting Standards
LG	Liquidez Geral
LI	Liquidez Imediata
LR	Liquidez Reduzida
NCRF	Norma Contabilística e de Relato Financeiro
PE	Pequenas Entidades
PME	Pequenas e Médias Empresas
POC	Plano Oficial de Contabilidade
RAI	Resultado Antes de Impostos
RO	Resultado Operacional

RA	Rendibilidade do Ativo
RCP	Rendibilidade do Capital Próprio
ROV	Rendibilidade operacional das vendas
S	Solvabilidade
SNC	Sistema de Normalização Contabilística
SPSS	Statistical Package for the Social Sciences
TA	Total do Ativo
TAC	Total do Ativo Corrente
TANC	Total do Ativo não Corrente
TCP	Total do Capital Próprio
TOC	Técnico Oficial de Contas
TP	Total do Passivo
TPC	Total do Passivo Corrente
TPNC	Total do Passivo não Corrente
UE	União Europeia

## 1. Introdução

Na presente dissertação analisa-se o impacto da transição do Plano Oficial de Contabilidade (POC) para o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) nos rácios económico-financeiros, procurando-se aferir se esse impacto pode ter sido condicionado pelas necessidades financeiras das empresas. A análise tem por base uma amostra de 73 sociedades anónimas sem valores cotados em bolsa, para as quais o *Bureau van Dijk*, entidade responsável pela comercialização da base de dados “SABI - Sistema de Análise de Balanços Ibéricos”, proporcionou informação financeira para o ano 2009, preparada de acordo com o POC e com o SNC.

Este estudo insere-se numa linha de investigação que analisa o impacto da alteração de referencial contabilístico na informação financeira, procurando quantificar o seu efeito nos rácios económico-financeiros, nas rubricas das demonstrações financeiras ou na qualidade da informação financeira (e.g. Callao et al., 2007; Soderstrom e Sun, 2007; Gjerde et al., 2008; Iatridis e Rouvolis, 2010). Ao nível internacional, uma das alterações de referencial contabilístico objeto de estudo, foi a resultante da adoção das normas internacionais do *International Accounting Standards Board* (IASB), as designadas IAS/IFRS, pelas sociedades com valores cotados em bolsa, na sequência da entrada em vigor do Regulamento (CE) N.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia (e.g. Callao et al., 2007; Iatridis e Rouvolis, 2010). Esta alteração foi também analisada para empresas portuguesas por Encarnação (2009), Lopes e Costa (2010) e Araújo (2010).

Os efeitos da transição do POC para o SNC na informação financeira das empresas portuguesas, em particular nos rácios económico-financeiros, estão documentados, até ao momento, nos estudos de Matos (2011), Ferreira et al. (2012) e Machado (2012). Matos (2011) analisou o efeito da transição para o SNC na empresa CTT – Correios de Portugal, S.A. Ferreira et al. (2012) estudou o efeito da adoção de uma norma do SNC, para uma amostra de 6 empresas. Machado (2012) analisou o efeito da transição para o SNC com base numa

amostra de PME portuguesas que, pelo seu desempenho, são consideradas PME de excelência. De uma forma geral, estes estudos concluíram que a transição não provocou alterações significativas nos rácios económico-financeiros das empresas analisadas. No entanto, estes estudos não questionam se a aplicação do novo referencial normativo foi neutral ou se, pelo contrário, teve subjacente alguma motivação específica por parte da gestão, no sentido de alterar esses rácios nesse momento, condicionando os seus valores no futuro. No caso das empresas que aplicam o SNC, o facto do seus principais financiadores serem os bancos, leva a questionar se a transição pode, ou não, ter sido aproveitada para melhorar, no futuro, a imagem económica e financeira da empresa perante os mesmos. Nesta linha, procurar-se-á aferir se o impacto nos rácios económico-financeiros das empresas, resultante da transição do POC para o SNC, é diferente entre empresas com maiores e menores necessidades de financiamento.

Para analisar o efeito da adoção do SNC nos indicadores económico-financeiros da empresa adota-se uma abordagem idêntica à de outros estudos (e.g. Callao et al., 2007; Machado, 2012) e que consiste em analisar o último ano de vigência do normativo POC, ou seja, o ano 2009, pois para este ano dispõe-se de informação financeira preparada de acordo com o POC e de acordo com o SNC. A informação financeira preparada de acordo com o POC foi obtida a partir das demonstrações financeiras relativas a 31/12/2009. A informação financeira preparada de acordo com o SNC foi retirada dos comparativos das demonstrações financeiras de 31/12/2010, os quais, por imposição da “NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro”, tiveram que ser apresentados de acordo com o SNC.

A presente dissertação estrutura-se em mais quatro capítulos. Depois desta Introdução, no Capítulo 2 procede-se à revisão da literatura sobre o tema e à formulação da hipótese de investigação. No Capítulo 3 apresenta-se o estudo empírico realizado, apresentando-se a metodologia, a amostra analisada e os resultados obtidos. Conclui-se no Capítulo 4, sintetizando os principais resultados e limitações do estudo e propondo sugestões para futuras investigações.

## **2. Revisão de Literatura e formulação da hipótese de investigação**

Neste capítulo começa-se por enquadrar a transição para o SNC, no contexto do processo de harmonização contabilística europeia. Prossegue-se com a sistematização da evidência empírica proporcionada pelos estudos que analisaram o impacto da transição para as IAS/IFRS nas rubricas das demonstrações financeiras e nos rácios económico-financeiros das sociedades europeias com valores cotados em bolsa. Aborda-se também a evidência empírica proporcionada pelos estudos que analisaram a transição do POC para o SNC. Após realizada a revisão de literatura, formula-se a hipótese de investigação.

### **2.1. A transição para o SNC**

A globalização dos mercados, associada à abertura das fronteiras dentro da União Europeia, bem como a diversidade de sistemas contabilísticos aí existente, acentuou a necessidade de se criar um único sistema contabilístico que fosse aceite internacionalmente e que facilitasse o acesso aos mercados de capitais internacionais, de modo a incrementar a comparabilidade, relevância e fiabilidade da informação financeira (Sá, 2004).

Neste contexto, em 19 de Julho de 2002, foi aprovado o Regulamento (CE) N.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia (doravante designado de Regulamento N.º 1606), que veio estabelecer as regras para a adoção pelos estados-membros das IAS/IFRS, emitidas pelo IASB e adotadas na União Europeia (UE). No que respeita às contas consolidadas de sociedades com valores admitidos à negociação num mercado regulamentado, o Regulamento N.º 1606 impôs a adoção das IAS/IFRS, a partir de 1 de janeiro de 2005. Como refere o próprio regulamento, a UE pretende, desta forma, assegurar o funcionamento eficiente dos mercados de capitais, através de um processo de harmonização da preparação da informação financeira que mantenha assegurado um elevado grau de transparência e comparabilidade dessa informação.

No que concerne às contas individuais das sociedades com valores admitidos à negociação num mercado regulamentado e às contas consolidadas e/ou individuais das restantes entidades, o Regulamento N.º 1606 deixou ao critério dos estados-membros a obrigatoriedade ou não da aplicação das IAS/IFRS.

O Decreto-Lei N.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, veio criar o quadro jurídico a aplicar em Portugal, permitindo a adoção das IAS/IFRS em duas situações: (1) na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas das entidades sem valores admitidos à negociação num mercado regulamentado; e (2) na elaboração das demonstrações financeiras individuais das entidades sujeitas a certificação legal de contas e que integrem o perímetro de consolidação de entidades que apliquem as IAS/IFRS (com carácter obrigatório ou por opção). O Regulamento CMVM N.º 11/2005 veio tornar obrigatória, a partir de 1 de janeiro de 2007, a adoção das IAS/IFRS na elaboração das contas individuais das entidades com valores admitidos à negociação num mercado regulamentado.

Com o Decreto-Lei N.º 158/2009, de 13 de Julho, foi aprovado o SNC, para vigorar a partir de 1 de Janeiro de 2010, substituindo o até então vigente POC. Tal como referido no preâmbulo deste Decreto-Lei, o POC revelava-se insuficiente para as entidades com maiores exigências de relato financeiro e carecia de revisão técnica relativamente a aspetos conceituais, critérios de reconhecimento e mensuração e modelos de demonstrações financeiras.

O SNC permitiu aproximar a normalização contabilística nacional dos novos padrões comunitários, proporcionando um alinhamento com as Diretivas e Regulamentos da UE em matéria contabilística e considerando as especificidades do tecido empresarial português. Desta forma, foi criada uma estrutura formada por um conjunto de elementos de onde se destacam a Estrutura Conceptual, os Modelos de Demonstrações Financeiras, as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE). Esta estrutura garante a compatibilidade e coerência horizontal entre os normativos aplicáveis a três grandes grupos de entidades que operam em Portugal: (1) empresas com valores admitidos à negociação num mercado regulamentado, que aplicam diretamente as IAS/IFRS;

(2) empresas que aplicam as NCRF; e (3) empresas de menor dimensão que aplicam NCRF-PE. Esta estrutura também permite a comunicabilidade vertical sempre que alterações na dimensão da empresa impliquem diferentes exigências de relato e, conseqüentemente, a alteração da normalização aplicável.

Como referido no preâmbulo do Decreto-lei N.º 158/2009, “o SNC é um instrumento moderno ao serviço das empresas portuguesas que, não tendo valores mobiliários admitidos à negociação num mercado regulamentado, têm uma dimensão, uma estrutura de capitais ou uma presença em determinadas atividades que as colocam em pleno ambiente globalizado de negócios, parceiros e fontes de financiamento. Com capitais públicos ou privados, existe um significativo universo de grandes e médias empresas e grupos nacionais que carecem de produzir e divulgar demonstrações financeiras adequadas aos vários mercados onde operam ou onde se financiam.” Esta afirmação traduz o reconhecimento, por parte dos normalizadores nacionais, da importância da informação financeira no acesso não só aos mercados de capitais, mas também ao financiamento bancário.

## **2.2. Evidência empírica sobre o impacto da transição para as IAS/IFRS**

Na sequência da publicação do Regulamento N.º 1606 surgiram vários estudos empíricos que analisaram o impacto da adoção das IAS/IFRS em vários países<sup>1</sup>. Estes estudos podem ser sistematizados em dois grandes grupos: (1) estudos que analisaram e descreveram como foi levado a cabo o processo de transição e implementação das IAS/IFRS em determinado país (e.g. Jermakowicz, 2004; Callao et al., 2006; Navarro-García e Bastida, 2010); e (2) estudos sobre o impacto da adoção das IAS/IFRS na informação financeira consolidada das empresas com valores cotados em bolsa. Neste último grupo de estudos foram objeto de análise dois tipos de efeitos: (1) o impacto na qualidade dos resultados,

---

<sup>1</sup> Estes estudos analisaram a adoção obrigatória das IAS/IFRS na sequência do Regulamento (CE) N.º 1606/2002, distinguindo-se daqueles que analisaram a adoção voluntária das IAS/IFRS (e.g. Soderstrom e Sun, 2007).

nomeadamente, na manipulação dos resultados e na sua “*value relevance*”<sup>2</sup> (e.g. Schiebel, 2006; Athanasios et al., 2007; Fernandes, 2007; Gjerde et al., 2008; Morais e Curto, 2008; Paglietti, 2009; Iatridis e Rouvolis, 2010); e (2) o impacto nas rubricas das demonstrações financeiras e nos rácios financeiros (cujos estudos serão a seguir referenciados).

Dado o âmbito da presente dissertação, interessa aqui abordar este último tipo de estudos. Para determinar o impacto da transição para as IAS/IFRS, estes estudos seguiram, geralmente, dois tipos de abordagens. A primeira consistiu em comparar a informação financeira preparada de acordo com as normas contabilísticas nacionais no último ano da sua vigência, ou seja, no ano 2004, com a informação desse mesmo ano preparada de acordo com as IAS/IFRS e apresentada como comparativo nas demonstrações financeiras do ano 2005. A segunda abordagem consistiu em analisar as divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras de 2005 relativas às reconciliações entre os valores das demonstrações financeiras de 2004, preparadas de acordo com as normas nacionais, e os respetivos valores obtidos pela aplicação das IAS/IFRS, apresentados como comparativos em 2005. De seguida, sintetiza-se a evidência proporcionada por este tipo de estudos, sistematizando-a por país.

Em Espanha Perramon e Amat (2006) analisaram o efeito no resultado líquido do ano 2004 da implementação das IAS/IFRS, para uma amostra de empresas espanholas cotadas na IBEX-35. Os autores começaram por identificar um conjunto de diferenças entre as normas de contabilidade espanholas e as IAS/IFRS, suscetíveis de influenciar o resultado líquido do período, nomeadamente, a adoção do justo valor e o tratamento do *goodwill*. Estas diferenças sugeriram que o resultado líquido determinado de acordo com as normas contabilísticas espanholas pode divergir, substancialmente, do resultado líquido obtido pela aplicação das IAS/IFRS. O resultado líquido de 2004, determinado de acordo com as normas contabilísticas espanholas, foi obtido a

---

<sup>2</sup> A “*value relevance*” traduz a capacidade da informação financeira captar e sumariar informação que afeta os preços das ações nos mercados e é aferida através da associação estatística entre a informação contabilística, nomeadamente, o resultado contabilístico e os preços ou rendibilidades do mercado (Francis e Schipper, 1999, p. 326-327).



partir do balanço desse ano. O resultado líquido de 2004, determinado de acordo com as IAS/IFRS, foi retirado dos comparativos do balanço intercalar de 2005. A análise realizada não evidenciou diferenças estatisticamente significativas entre o resultado líquido obtido segundo os dois referenciais, o que pode dever-se a efeitos de compensação entre vários tratamentos contabilísticos adotados.

Também em Espanha, Callao et al. (2007) estudaram o impacto da adoção das IAS/IFRS na comparabilidade e relevância da informação financeira, para uma amostra de empresas espanholas cotadas na IBEX-35. Para tal, os autores compararam as rubricas das demonstrações financeiras e os rácios financeiros apresentados de acordo com as IAS/IFRS, com os apresentados de acordo com as normas contabilísticas espanholas. A informação preparada com base nas normas contabilísticas espanholas foi retirada das demonstrações financeiras intercalares do ano 2004 e a informação preparada com base nas IAS/IFRS foi retirada dos comparativos das demonstrações financeiras intercalares de 2005. Os resultados do estudo evidenciaram que a adoção das IAS/IFRS originou os seguintes efeitos:

- ⇒ Um aumento nas rubricas de caixa e equivalentes, passivo total, passivo de médio e longo prazo;
- ⇒ Uma diminuição nas rubricas de dívidas de terceiros, capital próprio, resultado operacional;
- ⇒ Um aumento nos rácios de liquidez reduzida, rácio entre passivo e capital próprio (“*debt-to-equity*”) e rácio de rendibilidade dos capitais próprios;
- ⇒ Uma diminuição no rácio de solvência (ativo/passivo) e rendibilidade operacional do ativo.

Em Itália, Cordazzo (2008) estudou o efeito da aplicação das IAS/IFRS na informação financeira, para uma amostra de empresas industriais e de serviços com valores cotados na bolsa italiana. Para tal, analisou as divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras intercalares de 2005 relativas à reconciliação entre os valores das demonstrações financeiras de 2004 (preparadas de acordo com as normas contabilísticas italianas) e os comparativos

apresentados nas demonstrações de 2005 (preparados de acordo com as IAS/IFRS). A evidência obtida demonstrou que:

⇒ A contabilização dos ativos intangíveis de acordo com as IAS/IFRS originou uma diminuição dos capitais próprios e um aumento do resultado líquido do período;

⇒ A contabilização dos impostos diferidos originou uma diminuição dos capitais próprios e uma diminuição do resultado líquido do período;

⇒ A contabilização das concentrações de atividades empresariais, mais especificamente o tratamento do *goodwill*, originou um aumento dos capitais próprios e um aumento do resultado líquido do período;

⇒ A contabilização dos ativos fixos tangíveis originou um aumento dos capitais próprios e um aumento do resultado líquido do período;

⇒ A contabilização das provisões, passivos contingentes e ativos contingentes originou um aumento dos capitais próprios e uma diminuição do resultado líquido do período.

Ao nível da contabilização dos passivos relativos a benefícios dos trabalhadores, dos instrumentos financeiros, dos inventários e das locações financeiras, os efeitos da transição não foram estatisticamente significativos.

Em termos globais, a transição para as IAS/IFRS originou um aumento quer no resultado líquido, quer no capital próprio.

Na Grécia, Athanasios et al. (2007) analisaram as consequências da adoção das IAS/IFRS nas rubricas contabilísticas e indicadores financeiros, para uma amostra de empresas gregas com valores cotados na bolsa de Atenas. A informação financeira preparada de acordo com as normas contabilísticas gregas foi recolhida do balanço e demonstração dos resultados do ano 2004 e a informação financeira de acordo com as IAS/IFRS foi obtida a partir dos comparativos apresentados no ano 2005. Os resultados obtidos evidenciaram um aumento dos valores das rubricas de total do ativo, ativos fixos tangíveis, total do passivo e uma diminuição dos inventários e do rácio entre o volume de negócios e o total do ativo, com a adoção das IAS/IFRS.

Também na Grécia, Iatridis e Rouvolis (2010) analisaram a evolução do processo de transição para as IAS/IFRS ao longo dos anos 2004 a 2006, para uma amostra de empresas com valores cotados na bolsa de Atenas. Para tal estudaram indicadores económico-financeiros preparados de acordo com as IAS/IFRS ao longo daquele período, sendo a informação relativa ao ano 2004 obtida a partir dos comparativos apresentados no ano 2005. A evidência empírica obtida revela que no ano de transição, ou seja, de 2004 para 2005, as empresas sofreram uma diminuição da rentabilidade e da liquidez e um aumento do endividamento, tendo-se observando uma melhoria daqueles indicadores entre 2005 e 2006. Estes resultados sugeriram que o processo de transição acarretou alguns custos para as empresas, que se traduziram numa deterioração do seu desempenho no ano de transição, sendo esses custos compensados nos anos seguintes, à medida que se fazem sentir os efeitos da adoção das IAS/IFRS na qualidade do relato financeiro.

Ainda na Grécia, Tsalavoutas e Evans (2010) estudaram o efeito da adoção das IAS/IFRS no capital próprio, no resultado líquido, no rácio de liquidez geral e no rácio passivo de médio e longo prazo sobre total do ativo, com base numa amostra de empresas, com valores cotados na bolsa de Atenas. Para tal analisaram as demonstrações financeiras de 2005, sendo a informação relativa ao ano 2004 retirada dos comparativos e das notas anexas. Os autores concluíram que a transição originou para a maioria das empresas um aumento do capital próprio, do resultado líquido e do rácio de passivo de longo prazo sobre total do ativo. No que respeita ao rácio de liquidez geral, a maioria das empresas observou uma diminuição.

Na Alemanha, Haller et al. (2009) investigaram o impacto da adoção das IAS/IFRS no resultado líquido e no capital próprio, para uma amostra de empresas com valores cotados na bolsa alemã. Os autores analisaram as divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras de 2005 relativas às reconciliações entre os valores das demonstrações financeiras de 2004 (preparadas de acordo com as normas contabilísticas alemãs) e os comparativos apresentados nas demonstrações de 2005 (preparados de acordo com as

IAS/IFRS). Os resultados obtidos evidenciaram que a adoção das IAS/IFRS conduziu um aumento do capital próprio e um aumento do resultado líquido do período. O aumento do capital próprio deveu-se, sobretudo, ao tratamento contabilístico das seguintes situações: contratos de construção; ativos fixos tangíveis; provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; ativos intangíveis e *goodwill*. O aumento do resultado líquido teve origem, essencialmente, na contabilização do *goodwill*.

No Reino Unido, Aisbitt (2006) analisou o impacto da adoção das IAS/IFRS no capital próprio, para uma amostra de empresas com valores cotados no índice FTSE 100. A análise baseia-se nas divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras de 2005 relativas às reconciliações entre os valores das demonstrações financeiras de 2004 (preparadas de acordo com as normas contabilísticas do Reino Unido) e os comparativos apresentados nas demonstrações de 2005 (preparados de acordo com as IAS/IFRS). Em termos globais, a transição para as IAS/IFRS não causou um impacto significativo no capital próprio das empresas analisadas. Porém, quando se analisou o efeito individual de cada norma observaram-se efeitos significativos no capital próprio, dos quais se salientam os que resultaram do tratamento dos passivos associados a benefícios de reforma dos empregados, ativos fixos tangíveis e caixa e equivalentes.

Na Finlândia, Lantto e Sahlstrom (2009) estudaram o impacto da adoção das IAS/IFRS nos indicadores económico-financeiros, para uma amostra de empresas com valores cotados. A análise assentou nas divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras de 2005 relativas às reconciliações entre os valores das demonstrações financeiras de 2004 (preparadas de acordo com as normas contabilísticas finlandesas) e os comparativos apresentados nas demonstrações de 2005 (preparados de acordo com as IAS/IFRS). Os resultados evidenciaram que a adoção das IAS/IFRS originou um aumento em vários rácios de rentabilidade e uma diminuição nos rácios de liquidez. O estudo analisou, individualmente, o efeito da adoção de cada IAS/IFRS, concluindo que as normas que maior impacto originou nos indicadores analisados são as relativas à

aplicação do justo valor e ao tratamento contabilístico do *goodwill* e dos impostos diferidos.

Na Polónia, Jaruga et al. (2007) estudaram o impacto da adoção das IAS/IFRS no capital próprio e no resultado líquido, com base numa amostra de empresas cotadas na bolsa da Varsóvia. A análise apoiou-se nas divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras de 2005 relativas às reconciliações entre os valores das demonstrações financeiras de 2004 (preparadas de acordo com as normas contabilísticas polacas) e os comparativos apresentados nas demonstrações de 2005 (preparados de acordo com as IAS/IFRS). A evidência obtida demonstra que as maiores variações observadas no capital próprio e no resultado líquido se devem à contabilização de ativos fixos tangíveis, dos contratos de locação financeira, das propriedades de investimento, do rédito, dos pagamentos baseados em ações, do *goodwill* e de outros ativos intangíveis.

Em Portugal, Encarnação (2009) analisou o efeito da adoção das IAS/IFRS nos indicadores económico-financeiros da sociedade Jerónimo Martins, SGPS, S.A., ao longo dos anos 2005 a 2008. A informação financeira preparada de acordo com as IAS/IFRS foi obtida dos relatórios e contas publicados no *site* da empresa e a informação financeira de acordo com as normas contabilísticas nacionais (POC) foi obtida através da certidão de prestação de contas desses anos<sup>3</sup>. Relativamente às rubricas do balanço, a autora observa, nos dois primeiros anos analisados, diferenças entre os valores em POC e os valores em IAS/IFRS, o que se deveu ao reconhecimento, desreconhecimento e remensuração de ativos e passivos, na sequência do processo de transição. No que respeita à demonstração dos resultados, ainda nos dois primeiros anos analisados, observou-se diferenças significativas ao nível dos resultados operacionais e correntes, determinados de acordo com o POC e com as IAS/IFRS, sendo estas diferenças explicadas pela incorporação dos denominados “itens extraordinários”

---

<sup>3</sup> O Decreto-Lei nº 35/2005 previu que as entidades que elaborassem as contas individuais em conformidade com as IAS/IFRS à luz do Regulamento N.º 1606 fossem obrigadas a manter a contabilidade organizada de acordo com a normalização contabilística nacional para efeitos fiscais. Esta obrigatoriedade deixou de existir com a publicação do Decreto-Lei N.º 158/2009 que aprovou o SNC.

previstos no POC, em rubricas operacionais ou financeiras. No que respeita aos indicadores económico-financeiros, a adoção das IAS/IFRS não originou diferenças significativas nos rácios de rentabilidade, autonomia financeira, solvabilidade e liquidez imediata. Já os rácios de liquidez geral e reduzida apresentam valores substancialmente superiores quando baseados na informação preparada de acordo com as IAS/IFRS.

Também em Portugal, Lopes e Costa (2010) investigaram o impacto das IAS/IFRS nas demonstrações financeiras e nos indicadores económico-financeiros para uma amostra de empresas com valores cotados na *Euronext* Lisboa. Para tal analisaram as demonstrações financeiras do ano 2004 e os comparativos apresentados nas demonstrações financeiras do ano 2005. Os resultados do estudo demonstraram que a transição para as IAS/IFRS originou:

- ⇒ Um aumento nas rubricas de propriedades de investimento, ativos por impostos diferidos, disponibilidades, interesses minoritários, total do passivo, total do passivo não corrente, financiamentos obtidos não correntes, passivos por impostos diferidos, financiamentos obtidos correntes, resultado líquido, resultado operacional e resultado corrente;
- ⇒ Uma diminuição nas rubricas de provisões e dívidas a terceiros não correntes;
- ⇒ Um aumento nos rácios de liquidez imediata, rentabilidade do ativo (calculada com base no resultado operacional e com base no resultado corrente) e rentabilidade dos capitais próprios (calculada com base no resultado corrente);
- ⇒ Uma diminuição no rácio de rentabilidade dos capitais próprios (calculada com base no resultado líquido).

Ainda em Portugal, Araújo (2010) estudou o impacto no resultado líquido e no capital próprio da transição para as IAS/IFRS nas empresas do PSI 20, tendo por base as divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras de 2005 relativas às reconciliações entre os valores das demonstrações financeiras de 2004 (preparadas de acordo com o POC) e os comparativos apresentados nas demonstrações de 2005 (preparados de acordo com as IAS/IFRS). A autora constatou que a transição para as IAS/IFRS originou um aumento do capital próprio em 55% das empresas e um aumento do resultado líquido em 80% das

empresas. As empresas com maiores valores do capital próprio registaram uma diminuição desta rubrica e as empresas com menores valores do capital próprio observam um aumento. As empresas com maiores valores do resultado líquido registaram um aumento desta rubrica e as empresas com menores valores do resultado líquido observam uma diminuição. Quando se analisou a totalidade das empresas não se observaram diferenças estatisticamente significativas, entre os valores do capital próprio e do resultado líquido, de acordo com os dois referenciais normativos analisados. As situações que contribuem mais significativamente para as variações observadas foram:

- ⇒ Para a diminuição no capital próprio: a contabilização das pensões de reforma e outros benefícios dos empregados;
- ⇒ Para o aumento no capital próprio: a contabilização dos impostos diferidos;
- ⇒ Para o aumento do resultado líquido: a contabilização do *goodwill* e dos impostos diferidos;
- ⇒ Para a diminuição do resultado líquido: a contabilização das pensões de reforma e outros benefícios dos empregados.

A literatura analisada permite concluir que o processo de transição para as IAS/IFRS teve consequências significativas ao nível dos resultados, dos capitais próprios e de alguns rácios económico-financeiros das empresas europeias. Para estas diferenças contribuíram, sobretudo, as alterações observadas ao nível do tratamento do *goodwill*, dos impostos diferidos e a adoção do justo valor.

### **2.3. Evidência empírica sobre o impacto da transição do POC para o SNC**

Em Portugal, a transição do POC para o SNC também motivou a realização de estudos no sentido de quantificar o impacto dessa transição na informação financeira e nos rácios económico-financeiros das empresas. Estes estudos podem ser sistematizados em dois grupos: (1) aqueles que analisaram de forma apriorística os efeitos da transição; e (2) aqueles que investigaram o efeito da transição, *a posteriori*, com base em informação financeira preparada pelas empresas de acordo com o SNC. De seguida, apresenta-se a evidência mais relevante proporcionada por estes estudos.

A Pricewaterhousecoopers (2009) realizou um estudo, de carácter apriorístico, onde previu um conjunto de efeitos da transição do POC para o SNC, tendo por base os impactos ocorridos nas empresas com valores cotados, decorrentes da transição do POC para as IAS/IFRS. Estes efeitos são sistematizados na Tabela 1.

**Tabela 1 – Impactos nas demonstrações financeiras**

<b>Componente</b>	<b>Impacto</b>
<b>Ativos intangíveis</b>	Redução ou eliminação total do <i>goodwill</i> , despesas de instalação e despesas de investigação e desenvolvimento.
<b>Ativos tangíveis</b>	Redução por imparidade do valor líquido de alguns ativos. Possibilidade de alterações de vidas úteis e a adoção da amortização por componentes. Opção pela mensuração ao custo histórico ou ao valor revalorizado.
<b>Propriedades de investimentos</b>	Aumento do valor dos ativos, se adotada a política de mensuração ao justo valor.
<b>Acréscimos e diferimentos</b>	Anulação de custos plurianuais diferidos que não se qualifiquem como ativo.
<b>Instrumentos financeiros</b>	Registo dos ganhos e perdas obtidas com a contratação de instrumentos financeiros derivados e separação entre instrumentos de capital próprio e passivos financeiros.
<b>Benefícios aos empregados</b>	Alteração das responsabilidades reconhecidas com pensões por possibilidade de aplicação do método do “corredor” no reconhecimento dos desvios atuariais.
<b>Provisões</b>	Redução do valor de provisões genéricas e para reestruturações constituídas. Aumento da divulgação de passivos contingentes. Possível desconto do valor das provisões.
<b>Subsídios</b>	Eventual reclassificação de subsídios.
<b>Rédito</b>	Redução dos réditos suportados por contratos condicionais ou revogáveis. Reconhecimento da atividade de “comissionista” pelo valor líquido.
<b>Impostos</b>	Ativos e passivos por impostos diferidos, em resultado da manutenção do critério do custo histórico e de outras regras fiscais atualmente em vigor.

Fonte: Pricewaterhousecoopers, 2009



Também com um carácter apriorístico, Bianchi (2009) analisou os efeitos da transição do POC para o SNC, realizando, no ano de 2007, um inquérito ao responsável pela contabilidade de uma empresa do setor do comércio a retalho de vestuário e acessórios. Os resultados obtidos evidenciaram que os impactos mais relevantes da transição do POC para o SNC resultaram do tratamento contabilístico de aspetos específicos do sector de atividade da empresa, e não tratados noutros estudos, nomeadamente, programas de lealdade, *key money* e despesas de pré-abertura. O estudo procurou ainda aferir as motivações que podem levar a empresa a iniciar o processo de mudança de normativo contabilístico, tendo em vista a adoção obrigatória do SNC. Os resultados obtidos permitiram concluir que, mais do que qualquer força de pressão externa, os principais fatores que motivaram os gestores a iniciar a preparação do processo de transição foi o receio que a adoção do SNC pudesse ter um impacto negativo sobre atuais ou potenciais fontes de financiamento da empresa e a necessidade de controlar e atenuar esse efeito indesejado. Para além deste aspeto, a autora salientou que o facto de, na transição, a empresa poder optar entre vários tratamentos contabilísticos, com diferentes impactos nas demonstrações financeiras, levou a suspeitar que a escolha possa ter incidido naquela opção que melhor serviu os objetivos da gestão.

Ribeiro (2010) desenvolveu um estudo, também de carácter apriorístico, onde pretendeu analisar os impactos da aplicação das NCRF nas empresas portuguesas, segundo a perspetiva dos Técnicos Oficiais de Contas (TOC's). Para o efeito, foi elaborado um questionário a 505 TOC's onde se procurou aferir os seguintes aspetos: avaliar o nível de preparação das empresas para adotarem as NCRF; analisar os potenciais impactos das NCRF; e avaliar a perceção que os utilizadores da informação financeira têm sobre as consequências da aplicação das NCRF na qualidade dessa informação. Os resultados do estudo indicaram que os TOC's preveem que os maiores impactos da aplicação das NCRF ocorrerão ao nível das divulgações, em particular as relacionadas com a aplicação do justo valor, e nas seguintes rubricas das demonstrações financeiras: ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis, impostos diferidos e capital próprio. No que se refere ao nível de preparação dos TOC's e das empresas, o estudo

concluiu que estes se encontram razoavelmente preparados para aplicarem e adotarem as NCRF. A generalidade dos inquiridos considerou que a aplicação das NCRF contribuiu para melhoria da qualidade da informação financeira.

O estudo de Correia (2010) consistiu na análise apriorística dos efeitos da aplicação da “NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro”, a uma empresa de construção civil e de obras públicas portuguesa, sujeita a certificação legal de contas. Para tal, o autor recorreu a todos os elementos contabilísticos e fiscais disponíveis na sociedade relativos ao ano de 2008, tendo identificado e quantificado os ajustamentos que a transição, do POC para o SNC, implicariam. A evidência obtida neste estudo mostrou que os ajustamentos de transição não originaram alterações significativas nem nas rubricas das demonstrações financeiras da empresa analisada, nem nos seus rácios financeiros. Evidenciou-se apenas que a revisão de estimativas de vida útil dos ativos fixos tangíveis, tenderão a originar um impacto positivo no capital próprio.

Barroca (2011) analisou, também com carácter apriorístico, o impacto da adoção da “NCRF 22 - Contabilização dos subsídios do Governo e divulgação de apoios do Governo” no capital próprio e nos rácios de autonomia financeira e de solvabilidade, para uma amostra de empresas da região de Aveiro. As empresas selecionadas foram beneficiárias, nos anos de 2008 e 2009, de subsídios do QREN, mais concretamente no âmbito do Sistema de Incentivo à Qualificação de PME. O estudo baseou-se em informação contida na IES<sup>4</sup> para o ano de 2009, último ano de aplicação do POC, e consistiu na quantificação das diferenças originadas pela alteração do tratamento contabilístico dos subsídios, decorrente da adoção da NCRF 22. De acordo com os resultados obtidos, a adoção da NCRF 22 provocou uma variação positiva de 4% no capital próprio das empresas analisadas, bem como uma variação negativa de igual magnitude no passivo. A

---

<sup>4</sup> A IES (Informação Empresarial Simplificada) consiste numa forma de cumprimento de obrigações declarativas de natureza contabilística, fiscal e estatística, através do preenchimento de formulários submetidos por via eletrónica, ao Ministério das Finanças, aprovados pela Portaria nº208/2007, de 16 de Fevereiro (Barroca, 2011).

adoção da NCRF 22 originou, para a maioria das empresas analisadas, um aumento dos rácios de autonomia financeira e solvabilidade.

Numa abordagem diferente, tendo por base informação financeira preparada pelas empresas de acordo com o SNC, Ferreira et al. (2012) analisaram o efeito da adoção da “NCRF 6 – Ativos intangíveis” nas demonstrações financeiras e nos indicadores económico-financeiros de um conjunto de 6 empresas. O estudo seguiu uma abordagem idêntica à dos estudos apresentados na secção 2.2., comparando a informação financeira preparada de acordo com o POC no seu último ano de vigência, ou seja, o ano de 2009, com a informação financeira desse mesmo ano, preparada de acordo com o SNC e apresentada como comparativo nas demonstrações financeiras de 2010. Para cada empresa analisada procedeu-se à comparação dos valores das rubricas de ativos intangíveis, total do ativo, capital próprio, resultado líquido, rendimentos resultantes de ativos intangíveis, gastos resultantes de ativos intangíveis e dos indicadores de rendibilidade dos capitais próprios, rendibilidade do ativo, autonomia financeira, endividamento e solvabilidade. Os resultados obtidos mostraram que a aplicação da NCRF 6 afetou de forma negativa a posição financeira de três das empresas analisadas, sendo os ajustamentos que mais contribuíram para este efeito o desreconhecimento das despesas de instalação e das despesas de investigação. Em duas empresas da amostra constatou-se que a aplicação da NCRF 6 afetou de forma positiva a posição financeira, efeito que se deve ao reconhecimento como ativos intangíveis de direitos que segundo o POC não eram considerados como tal. Quanto ao desempenho, a adoção da NCRF 6 contribuiu para o aumento do resultado líquido de três empresas e para a diminuição dessa rubrica numa empresa. Quanto aos indicadores económico-financeiros analisados, verificou-se que a aplicação da NCRF 6 não provocou alterações significativas nos mesmos.

Oliveira (2012) analisou o efeito da transição no tratamento das perdas por imparidade em ativos, previsto em várias normas do SNC, com base numa amostra de 34 empresas, selecionadas a partir das 500 maiores empresas apresentadas no *ranking* da Revista Exame de 2010. A informação foi recolhida

das demonstrações financeiras de 2009 e dos comparativos e notas anexas às demonstrações financeiras de 2010. Os resultados demonstraram que o tratamento das perdas por imparidade gerou diferenças significativas ao nível do total do ativo e do capital próprio. No que respeita às rubricas da demonstração dos resultados, nomeadamente, às perdas por imparidade e resultados antes de impostos, não se observaram diferenças significativas entre os valores em POC e em SNC. O estudo permitiu ainda concluir que as empresas com maiores rendibilidades ou com taxas de crescimento dos resultados positivas registaram menores divergências no tratamento das perdas por imparidade na transição para o SNC.

O estudo de Matos (2011) teve como objetivo evidenciar as principais alterações surgidas com a aplicação do SNC. Para tal, o autor desenvolveu duas análises. A primeira baseou-se num questionário dirigido a Técnicos Oficiais de Contas de gabinetes de contabilidade e de empresas de várias áreas de negócio visando avaliar se a implementação do SNC teve vantagens ao nível da leitura e interpretação da informação financeira. A segunda consiste na análise do efeito da transição para o SNC nos indicadores económico-financeiros da empresa CTT – Correios de Portugal, S.A. Os resultados do questionário indicaram que a mudança para o SNC provocou diversas e significativas alterações no que toca à leitura e análise das demonstrações financeiras, em virtude da maior divulgação de informação no Anexo. Para analisar o efeito da transição para o SNC nos indicadores económico-financeiros, o autor baseou-se nas demonstrações financeiras da referida empresa comparando as rubricas apresentadas no ano 2009, de acordo com o POC, com os comparativos apresentados em 2010, ajustados de acordo com o SNC. A evidência obtida sugeriu que a transição não originou diferenças significativas nos indicadores económico-financeiros da empresa analisada.

Machado (2012) analisou os efeitos da transição do POC para o SNC sobre as rubricas das demonstrações financeiras e sobre os indicadores económico-financeiros, com base numa amostra de PME portuguesas que, pelo seu desempenho financeiro, são consideradas como PME de excelência. A

informação financeira utilizada neste estudo foi obtida a partir da IES e do Relatório e Contas do ano de 2009, último ano de aplicação do POC, bem como do comparativo das demonstrações financeiras do ano 2010, apresentados de acordo com o SNC. De acordo com os resultados obtidos, a transição para o SNC originou:

⇒ Um aumento nas rubricas de financiamentos obtidos não correntes e financiamentos obtidos correntes;

⇒ Uma diminuição nas rubricas de ativos fixos tangíveis, reservas, resultados transitados, dividas a terceiros não correntes, passivos por impostos diferidos e dividas a terceiros correntes.

Relativamente a rubricas agregadas do balanço (total do ativo, ativo não corrente, ativo corrente, total do capital próprio, total do passivo, passivo não corrente e passivo corrente) e aos indicadores económico-financeiros analisados, não se observaram variações significativas.

Da literatura analisada conclui-se que a evidência acerca do impacto da transição para o SNC nos rácios económico-financeiros das empresas é escassa e parece apontar para a inexistência de impactos significativos.

#### **2.4. Formulação da hipótese de investigação**

O estudo de Bianchi (2009) evidenciou alguma preocupação, no seio da empresa analisada, acerca do impacto que a transição para o SNC possa ter na manutenção das suas atuais fontes de financiamento ou no acesso futuro a essas mesmas fontes. Bianchi (2009) sugeriu que o facto de existirem diferentes opções de tratamento contabilístico na transição, com diferentes impactos nas demonstrações financeiras, poderia levar a que os gestores escolhessem aquele que melhor sirvisse os objetivos da gestão.

Os estudos sobre o impacto nos rácios económico-financeiros, decorrentes da transição do POC para o SNC (Matos, 2011; Ferreira et al., 2012; Machado, 2012), mostraram que a mesma não originou efeitos significativos. Porém, estes estudos não consideraram a possibilidade de as empresas terem realizado

diferentes opções contabilísticas, na transição para o SNC, em função de determinados objetivos, nomeadamente, da necessidade de melhorar a sua imagem económica e financeira perante os financiadores, em particular, a banca. Considerando que esta necessidade será tanto maior quanto maior forem as necessidades de financiamento da empresa, formula-se a seguinte hipótese de investigação:

*H1: O impacto nos rácios económico-financeiros das empresas, resultante da transição do POC para o SNC, é diferente entre empresas com maiores e com menores necessidades de financiamento.*

### 3. Estudo Empírico

#### 3.1. Metodologia

Com o objetivo de testar a hipótese de investigação formulada, adota-se uma abordagem idêntica à de outros estudos (e.g. Callao et al., 2007; Machado, 2012) e que consiste em aferir os efeitos da transição para um novo normativo (neste caso o SNC), através da comparação da informação financeira preparada de acordo com o anterior normativo, no último ano da sua vigência (neste caso o POC e o ano de 2009), com informação desse mesmo ano preparada de acordo com o novo normativo e obtida a partir dos comparativos das demonstrações financeiras apresentadas no primeiro ano da sua vigência (neste caso 2010).

A análise centra-se nos rácios económico-financeiros, e não em rubricas das demonstrações financeiras, pelo que se optou, na linha dos estudos existentes nesta área (e.g Callao et al., 2007; Encarnação, 2009), por analisar os seguintes rácios: liquidez geral; liquidez reduzida; liquidez imediata; autonomia financeira; solvabilidade; endividamento; rendibilidade do capital próprio; rendibilidade do ativo e rendibilidade operacional das vendas.

Para quantificar o efeito da transição são comparados os rácios obtidos com base na informação elaborada de acordo com o POC com os rácios obtidos com base na informação preparada de acordo com o SNC. Esta comparação baseia-se nos seguintes testes estatísticos: o teste t (teste paramétrico), para as variáveis que seguem a distribuição normal, e o teste de *Wilcoxon* (teste não paramétrico) para as variáveis que não seguem a distribuição normal. O nível de significância adotado é de 5%, que corresponde a um nível de confiança de 95%. Para analisar a normalidade dos dados utiliza-se o teste de *Kolmogorov-Smirnov*. O tratamento dos dados e a análise estatística são realizados com recurso ao Excel e ao SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*).

Antes de proceder à caracterização da amostra utilizada, apresenta-se uma breve descrição das vantagens e desvantagens da utilização dos rácios económico-

financeiros na análise financeira, bem como a definição dos rácios que serão objeto de análise.

Os rácios são utilizados na análise financeira para estabelecer relações entre várias grandezas económicas e financeiras da empresa. A informação de suporte ao cálculo dos rácios provém, geralmente, das demonstrações financeiras, nomeadamente, do balanço e da demonstração dos resultados. Encarnação (2009) considera que as principais vantagens dos rácios consistem em:

- Serem práticos;
- Permitirem retirar conclusões baseadas em dados quantificados;
- Possibilitarem obter informações de forma sintética;
- Permitirem relacionar vários indicadores logicamente interligados;
- Permite a análise e comparabilidade entre amostras constituídas por dados de várias empresas num determinado momento;

Encarnação (2009) refere como desvantagens dos rácios:

- Poderem refletir eventuais erros das demonstrações financeiras;
- Os rácios são instrumentos de análise, dados quantitativos que devem ser complementados por outros, como é o caso de fatores qualitativos;
- A sua leitura não poder ser efetuada fora do contexto da empresa;
- Se considerados isoladamente da restante informação e dos restantes rácios, a informação que proporcionam é limitada;
- A inexistência de valores de referência universais conduz a uma elevada subjetividade da análise.

Como foi já referido, os rácios a analisar na presente dissertação são os seguintes: liquidez geral; liquidez reduzida; liquidez imediata; autonomia financeira; solvabilidade; endividamento; rendibilidade do capital próprio; rendibilidade do ativo e rendibilidade operacional das vendas. De seguida apresenta-se a definição de cada um destes rácios.



**Rácios de Liquidez:**

Estes rácios têm como objetivo avaliar a capacidade das empresas fazerem face aos seus compromissos de curto prazo, pois a renovação dos recursos depende da geração de disponibilidades e da liquidez. Geralmente, quanto mais elevados os rácios de liquidez, maior a capacidade da empresa de satisfazer os seus compromissos no curto prazo. Segundo Sias et al. (2004) os rácios de liquidez medem a capacidade de uma empresa fazer face aos seus compromissos de curto prazo, avaliando a velocidade com que os ativos se tornam em meios financeiros líquidos, bem como o peso daqueles que já por si representam esses meios.

O rácio de **liquidez geral** mede a capacidade da empresa fazer face às suas responsabilidades de curto prazo, utilizando os seus ativos correntes. Segundo Sias et al. (2004) o rácio de liquidez geral é um dos rácios mais utilizados para avaliar situação financeira da empresa. Relaciona o ativo corrente, isto é os recursos que deverão ser gerados a curto prazo, com o passivo corrente, ou seja, os pagamentos a efetuar no curto prazo.

Rácio	SNC
Liquidez Geral	$\frac{\text{Ativo Corrente}}{\text{Passivo Corrente}}$

O rácio de **liquidez reduzida** mede a capacidade da empresa fazer face às suas responsabilidades de curto prazo, com base nas suas disponibilidades e nas dívidas a receber, ou seja, utilizando os ativos correntes com exceção dos inventários, uma vez que se considera que estes são difíceis de converter em dinheiro rapidamente (Sias et al., 2004).

Rácio	SNC
Liquidez Reduzida	$\frac{(\text{Ativo Corrente} - \text{Inventários})}{\text{Passivo Corrente}}$

O rácio de **liquidez imediata** mede a capacidade da empresa fazer face às suas responsabilidades de curto prazo utilizando apenas disponibilidades financeiras imediatas, como dinheiro em caixa, depósitos e títulos negociáveis.

Rácio	SNC
Liquidez Imediata	$\frac{\text{Meios Financeiros Líquidos}}{\text{Passivo Corrente}}$

### Rácios de solvabilidade e de estrutura de capitais:

Estes rácios têm como objetivo avaliar a capacidade da empresa solver os seus compromissos de médio e longo prazo, dependendo, essencialmente, do grau de cobertura do ativo por capitais próprios e da capacidade da empresa gerar lucros. Incluem-se aqui a autonomia financeira, a solvabilidade e o endividamento. Saias et al. (2004) consideram estes rácios importantes para avaliar a capacidade da empresa em solver os seus compromissos a médio e longo prazo. Basicamente resultam da composição entre rubricas de capitais alheios, de capitais próprios e de capitais totais. São muito utilizados na análise de crédito, pois permite aos financiadores avaliar o risco do não cumprimento do serviço da dívida.

O rácio de **autonomia financeira** mede a solvabilidade da empresa através da proporção dos ativos que são financiados com capital próprio, sem a necessidade de recorrer a financiamentos externos. Quanto mais elevado for este rácio, maior é a independência financeira da empresa face a terceiros.

Rácio	SNC
Autonomia Financeira	$\frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Ativo Total}}$

O rácio de **solvabilidade** avalia a capacidade da empresa para solver os seus compromissos de médio e longo prazo, confrontando os capitais próprios com o passivo. Quanto mais elevado for o rácio de solvabilidade maior será a estabilidade financeira da empresa (Saias et al., 2004).

Rácio	SNC
Solvabilidade	$\frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Passivo Total}}$

O rácio de **endividamento** mede a proporção do ativo total que é financiada por capitais alheios. Quanto maior for este rácio maior é o peso do passivo na estrutura de financiamento da empresa e maior é o seu risco financeiro (Saias et al., 2004).

Rácio	SNC
Endividamento	$\frac{\text{Total do Passivo}}{\text{Total do Ativo}}$

#### Rácios de rendibilidade:

Estes rácios relacionam um resultado gerado (positivo) com um recurso que o gerou (total do ativo, total do capital próprio). Incluem-se aqui a rendibilidade do capital próprio, rendibilidade do ativo e a rendibilidade operacional das vendas. Para Saias et al. (2004) a rendibilidade pode ser medida e comparada através da relação entre os resultados e dois grandes grupos de rubricas, que representam os meios utilizados para os obter: as vendas e o investimento. Desta forma os rácios de rendibilidade refletem a capacidade que a empresa tem de gerar resultados. Quantos mais elevados forem estes rácios, maior é a rendibilidade da empresa.

A **rendibilidade do capital próprio**, aqui calculada com base no resultado líquido do período, mede a capacidade e eficácia de remuneração dos capitais investidos pelos proprietários (sócios/acionistas) através do retorno proporcionado pelo desempenho da empresa. Trata-se de um rácio que interessa, particularmente, aos proprietários (Saias et al., 2004).

Rácio	SNC
Rendibilidade dos Capitais Próprios	$\frac{\text{Resultado Líquido do Período}}{\text{Capital Próprio}}$

A **rendibilidade do ativo**, também calculada com base no resultado líquido do período, permite avaliar a capacidade dos ativos da empresa gerarem resultados. Para a gestão é importante que o máximo de resultado seja gerado com um mínimo de ativos. Saias et al. (2004) consideram a rendibilidade do ativo útil no sentido de se poder distinguir entre os resultados da atividade e o impacto do financiamento.

Rácio	SNC
Rendibilidade do Ativo	$\frac{\text{Resultado Líquido do Período}}{\text{Ativo Total}}$

A **Rendibilidade Operacional das vendas** mostra a capacidade das Vendas gerarem *cash-flow* (quantidade de dinheiro que é recebido e pago por um negócio durante um determinado período). Segundo Saias et al. (2004) a rendibilidade operacional das vendas dá-nos uma ideia sobre os resultados que as vendas estão a gerar. Uma melhoria deste rácio pode refletir uma alteração dos preços, uma melhoria nos custos dos fatores utilizados no processo produtivo ou uma maior eficiência na utilização desses mesmos fatores.

Rácio	SNC
Rendibilidade operacional das vendas	$\frac{\text{Resultado Operacional}}{\text{Vendas}}$

### 3.2. Amostra e estatísticas descritivas

Para realizar a análise descrita anteriormente, recorreu-se à base de dados “SABI - Sistema de Análise de Balanços Ibéricos”, que é comercializada pelo *Bureau van Dijk*, na sua versão de Novembro de 2011, que contém informação sobre o balanço e a demonstração dos resultados de empresas portuguesas. Porém, a referida base de dados apenas dispunha de informação para o ano 2009 preparada de acordo com o POC. No sentido de obter informação para o ano 2009 preparada quer de acordo com o POC, quer de acordo com o SNC, foi contactado diretamente o *Bureau van Dijk*, que disponibilizou essa mesma informação para uma amostra de 73 sociedades anónimas. Estas sociedades

foram escolhidas pelo *Bureau van Dijk* em função da disponibilidade de informação e pertencem a diferentes setores de atividade.

Na Tabela 2 e na Tabela 3 apresentam-se as estatísticas descritivas das principais rubricas das demonstrações financeiras e dos rácios objeto de análise, relativos à informação preparada de acordo com o POC e de acordo com o SNC, para o ano 2009.

Na Tabela 2 pode constatar-se que a soma do total do ativo (TA) das 73 empresas, que constituem a amostra, representa um valor de 13.781.191 milhares de euros. Deste valor 71,43% (9.843.884 milhares de euros) respeitam a ativo não corrente e 28,57% (3.937.307 milhares de euros) a ativo corrente. As empresas da amostra têm, em termos médios, um total do ativo de 188.783 milhares de euros, correspondendo a mediana a 8.658 milhares de euros. A diferença entre a média e a mediana do total do ativo deve-se à presença de algumas empresas de grande dimensão.

Quanto ao total do capital próprio (TCP), a sua soma para a totalidade da amostra representa um valor de 3.557.809 milhares de euros, com uma média de 48.737 milhares de euros e uma mediana de 1.693 milhares de euros. Estes valores revelam que a maioria das empresas têm um total do capital próprio positivo.

Note-se ainda que, relativamente à rubrica agregada do balanço, total do capital próprio, apresenta um valor mínimo de -154.579 milhares de euros. A presença de capitais próprios negativos é observada para 9 das 73 empresas da amostra.

Por sua vez a soma do total do passivo (TP) é de 10.223.409 milhares de euros para as 73 empresas analisadas, correspondendo 69% (7.053.202 milhares de euros) a passivo não corrente e os restantes 31% (3.170.207 milhares de euros) a passivo corrente. Em termos médios o total do passivo representa 140.047 milhares de euros, com uma mediana de 4.910 milhares de euros. O total da dívida financeira (DF) é de 2.702.119 milhares de euros para a amostra total, apresentando um valor médio de 37.015 milhares de euros e uma mediana de 945 milhares de euros.

A soma do resultado operacional (RO) atinge os 661.312 milhares de euros, para as 73 empresas, apresentando um valor médio de 9.059 milhares de euros e uma mediana de 186 milhares de euros. Relativamente ao resultado antes de impostos (RAI), a sua soma representa um valor de 554.444 milhares de euros, com uma média de 7.595 milhares de euros e uma mediana de 160 milhares de euros. Em ambos observa-se que o valor mínimo é negativo.

**Tabela 2-** Estatísticas descritivas das rubricas agregadas das demonstrações financeiras e dos rácios sob POC em 31/12/2009 (milhares de euros)

Rubricas	POC					
	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo	Soma
TANC	134.848	2.491	724.603	42	5.915.272	9.843.884
TAC	53.936	3.679	245.828	1	2.052.847	3.937.307
TA	188.783	8.658	963.926	92	7.970.119	13.781.191
TCP	48.737	1.693	296.361	-154.579	2.506.963	3.557.809
TPNC	96.619	1.298	515.255	0	3.857.286	7.053.202
TPC	43.427	2.856	192.233	10	1.605.868	3.170.207
TP	140.047	4.910	693.340	10	5.463.154	10.223.409
DF	37.015	945	233.162	0	1.989.425	2.702.119
RO	9.059	186	65.824	-87.622	536.298	661.312
RAI	7.595	160	59.712	-138.363	466.422	554.444
LG	4,949	1,214	27,134	0,000	232,500	361,255
LR	4,305	0,866	27,095	0,000	232,500	314,283
LI	2,687	0,026	21,637	0,000	185,000	196,161
AF	0,316	0,328	0,306	-0,786	1,000	23,096
E	0,684	0,672	0,306	0,000	1,786	49,904
S	1,494	0,488	6,774	-0,440	5,335	49,982
RCP	0,247	0,096	0,498	-0,538	3,116	18,040
RA	0,006	0,021	0,149	-0,695	0,453	0,438
ROV	-0,044	0,051	0,609	-3,000	1,691	-3,209

Legenda: TANC – total do ativo não corrente; TAC – total do ativo corrente; TA – total do ativo; TCP – total do capital próprio; TPNC – total do passivo não corrente; TPC – total do passivo corrente; TP – total do passivo; DF – dívida financeira (inclui empréstimos obtidos a curto prazo, médio e longo prazo e dívidas a instituições de crédito); RO – resultado operacional; RAI – resultado antes de impostos; LG – liquidez geral; LR – liquidez reduzida; LI – liquidez imediata; AF – autonomia financeira; E – Endividamento; S – Solvabilidade; RCP – rentabilidade do capital próprio; RA – rentabilidade do ativo; ROV – rentabilidade operacional das vendas.

Em relação a todas as rubricas referidas, constata-se que apresentam um desvio padrão elevado, o que indica uma grande variabilidade dos valores das observações em relação à média. As diferenças observadas entre as médias e as medianas das rubricas de resultados são consequência da presença de várias empresas com resultados negativos.

Da análise aos rácios económico-financeiros, observa-se que a mediana do rácio de liquidez geral está acima da unidade, o que permite constatar que mais de metade das empresas analisadas têm capacidade para honrar os seus compromissos de curto prazo. O rácio de autonomia financeira e o rácio de endividamento evidenciam uma elevada dependência de capitais alheios. O rácio de rentabilidade dos capitais próprios apresenta um valor médio de 24,71% o que indica significa que, em média, as empresas analisadas proporcionam aos proprietários um retorno de 24,71 euros por cada 100 euros investidos. O rácio de rentabilidade do ativo apresenta um valor médio de 0,6%. O rácio de solvabilidade, com um valor de 149%, indica que, em termos médios, as empresas apresentam capitais próprios superiores ao passivo.

Da análise da Tabela 3, relativa à informação financeira preparada de acordo com o SNC, constata-se que a soma do total do ativo atinge 13.591.448 milhares de euros, onde 75,12% (10.210.016 milhares de euros) representam o ativo não corrente e 24,88% (3.381.432 milhares de euros) representa o ativo corrente. As 73 empresas que constituem a amostra têm em termos médios um total do ativo de 186.184 milhares de euros e uma mediana de 8.658 milhares de euros. A diferença entre a média e a mediana do total do ativo resulta da presença de algumas empresas de grande dimensão.

Relativamente ao capital próprio, este apresenta um valor total de 3.622.277 milhares de euros para a mostra total, com uma média de 49.620 milhares de euros e uma mediana de 2.217 milhares de euros. À semelhança da análise dos dados em POC, estes valores revelam que a maioria das empresas têm um total do capital próprio positivo.

Quanto ao total do passivo, este atingiu os 9.969.159 milhares de euros para as 73 empresas analisadas, correspondendo o passivo não corrente a 72.04% (7.181.928 milhares de euros) e o passivo corrente a 27,96% (2.787.231 milhares de euros). Em termos médios, o total do passivo representa 136.564 milhares de euros, e a sua mediana é de 4.911 milhares de euros.

**Tabela 3-** Estatísticas descritivas das rubricas agregadas do balanço e demonstração dos resultados sob SNC em 31/12/2009 (milhares de euros)

Rubricas	SNC					
	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo	Soma
TANC	139.863	3.425	750.744	43	6.144.931	10.210.016
TAC	46.321	3.770	216.827	0	1.825.188	3.381.432
TA	186.184	8.658	963.747	219	7.970.119	13.591.448
TCP	49.620	2.217	299.490	-125.156	2.536.786	3.622.277
TPNC	98.383	1.342	539.872	0	4.183.072	7.181.928
TPC	38.181	2.830	153.164	2	1.250.260	2.787.231
TP	136.564	4.911	688.472	13	5.433.332	9.969.159
DF	97.271	1.933	485.716	0	3.628.236	7.100.758
RO	15.827	188	116.430	-87.622	980.784	1.155.374
RAI	8.851	106	60.676	-138.363	466.422	646.148
LG	4,497	1,141	27,248	0,000	234,000	328,306
LR	4,125	0,771	27,287	0,000	234,000	301,120
LI	2,671	0,020	21,816	-0,291	186,500	195,000
AF	0,317	0,347	0,320	-0,972	1,000	23,133
E	0,683	0,653	0,320	0,000	1,969	49,867
S	1,438	0,531	6,237	-0,492	6,330	50,503
RCP	0,199	0,082	0,389	-0,636	1,705	14,555
RA	-0,003	0,014	0,144	-0,694	0,340	-0,240
ROV	0,003	0,061	0,863	-3,945	3,771	0,214

Legenda: TANC – total do ativo não corrente; TAC – total do ativo corrente; TA – total do ativo; TCP – total do capital próprio; TPNC – total do passivo não corrente; TPC – total do passivo corrente; TP – total do passivo; DF – dívida financeira (inclui empréstimos obtidos a curto prazo, médio e longo prazo e dívidas a instituições de crédito); RO – resultado operacional; RAI – resultado antes de impostos; LG – liquidez geral; LR – liquidez reduzida; LI – liquidez imediata; AF – autonomia financeira; E – Endividamento; S – Solvabilidade; RCP – rendibilidade do capital próprio; RA – rendibilidade do ativo; ROV – rendibilidade operacional das vendas.

No que concerne ao resultado operacional, este atinge um total de 1.155.374 milhares de euros, para as 73 empresas que constituem a amostra, com um valor



médio de 15.827 milhares de euros e uma mediana de 188 milhares de euros. A soma do resultado antes de impostos representa 646.148 milhares de euros, para a amostra total, com uma média de 8.851 milhares de euros e uma mediana de 106.

De referir que também o total do capital próprio, o resultado operacional e o resultado antes de impostos de acordo com o SNC apresentam valores mínimos negativos e valores elevados para o desvio padrão, proporcionando conclusões idênticas às da análise realizada de acordo com o POC.

Da análise aos rácios económico-financeiros, constata-se que também em SNC a mediana do rácio de liquidez geral está acima da unidade, o que indica que mais de metade das empresas analisadas têm capacidade para honrar os seus compromissos de curto prazo. O rácio de autonomia financeira e o rácio de endividamento evidenciam uma elevada dependência de capitais alheios. O rácio de rentabilidade dos capitais próprios apresenta um valor de 19,94%. O rácio de rentabilidade do ativo apresenta um valor médio negativo de -0,3%. O rácio de solvabilidade o valor de 143%.

Note-se ainda que, numa primeira análise, a transição do POC para o SNC parece ter originado uma ligeira diminuição no ativo total e no passivo total, cuja soma passou de 13.781.191 milhares de euros para 13.591.448 milhares de euros e de 10.223.409 milhares de euros para 9.969.159 milhares de euros, respetivamente. Também se observa um pequeno aumento no capital próprio e no resultado antes de impostos, cuja soma passou de 3.557.809 milhares de euros para 3.622.277 milhares de euros e de 554.444 milhares de euros para 646.148 milhares de euros, respetivamente. No resultado operacional verifica-se um aumento relativamente maior tendo a sua soma passado de 661.312 milhares de euros para 1.155.374 milhares de euros. Os valores obtidos para os rácios sugerem que a transição não originou diferenças significativas.

### 3.3. Resultados

Como se referiu, previamente à realização dos testes estatísticos testa-se a normalidade das variáveis, através do teste de *Kolmogorov-Smirnov*. Na Tabela 4 são apresentados os resultados deste teste.

**Tabela 4-** Resultados do teste de aderência à normalidade *Kolmogorov-Smirnov*

Rácio	POC		SNC	
	Z	P_value	Z	P_value
<b>Liquidez geral</b>	4,0700	0,0000	4,2190	0,0000
<b>Liquidez reduzida</b>	4,2090	0,0000	4,3110	0,0000
<b>Liquidez imediata</b>	4,2620	0,0000	4,3380	0,0000
<b>Autonomia financeira</b>	0,8590	0,4510	1,0360	0,2340
<b>Endividamento</b>	0,8590	0,4510	1,0350	0,2350
<b>Solvabilidade</b>	4,4950	0,0000	4,4860	0,0000
<b>Rendibilidade do CP</b>	2,4440	0,0000	2,1740	0,0000
<b>Rendibilidade do ativo</b>	2,1550	0,0000	2,2710	0,0000
<b>ROV</b>	2,4650	0,0000	2,7750	0,0000

Da análise do teste de *Kolmogorov-Smirnov* conclui-se que apenas as variáveis relativas aos rácios autonomia financeira e endividamento seguem a distribuição normal, os rácios de liquidez geral, liquidez reduzida, liquidez imediata, solvabilidade, rendibilidade do capital próprio, rendibilidade do ativo e rendibilidade operacional das vendas não seguem a distribuição normal. Deste modo, para as variáveis relativas aos rácios de autonomia financeira e endividamento, as diferenças entre os rácios em POC e em SNC serão testadas com base no teste t, que é um teste paramétrico para variáveis que seguem a distribuição normal. Para as variáveis liquidez geral, liquidez reduzida, liquidez imediata, solvabilidade, rendibilidade do capital próprio, rendibilidade do ativo e rendibilidade operacional das vendas, essas diferenças serão testadas com base no teste de *Wilcoxon (Wilcoxon Signed Rank Test)*, que é um teste não paramétrico.

Na Tabela 5 apresentam-se os resultados dos testes realizados na totalidade da amostra. Para testar a hipótese de investigação formulada, ou seja, para saber se o impacto nos rácios económico-financeiros, resultante da transição do POC para

o SNC, é diferente em função das necessidades de financiamento das empresas, toma-se o rácio de endividamento e o rácio entre a dívida financeira e o total do ativo, como medidas das necessidades de financiamento das empresas.

Com base nestas medidas, procede-se ao mesmo tipo de testes, dividindo a amostra em dois grupos: o primeiro formado pelas empresas cujo rácio de endividamento se encontra abaixo da respetiva mediana (as menos endividadas) e o segundo formado pelas empresas cujo rácio de endividamento se encontra acima da respetiva mediana (as mais endividadas). Os resultados desta análise são apresentados na Tabela 6. Na Tabela 7 apresenta-se uma análise idêntica, dividindo a amostra em função do rácio entre a dívida financeira e o total do ativo.

**Tabela 5 – Resultados dos testes realizados na totalidade da amostra**

Rácios	SNC>POC	SNC<POC	SNC=POC	Estatística <sup>1</sup>	P_value
Liquidez geral	17	55	1	-3,6420	0,0000
Liquidez reduzida	19	52	2	-3,3280	0,0010
Liquidez imediata	13	50	10	-4,0600	0,0000
Autonomia financeira	40	24	9	-0,0100	0,9920
Endividamento	25	40	8	0,0100	0,9920
Solvabilidade	41	27	5	-1,5210	0,1280
Rendibilidade do CP	16	41	16	-3,0050	0,0030
Rendibilidade do ativo	15	23	35	-0,9430	0,3460
Rendibilidade operacional Vendas	37	27	9	-1,5260	0,1270

<sup>1</sup> Para as variáveis que seguem a distribuição normal (autonomia financeira e endividamento) é apresentada a estatística do teste t. Para as variáveis que não seguem a distribuição normal (as restantes) é apresentada a estatística z (teste Wilcoxon).

Na Tabela 5 apresenta-se, para a totalidade da amostra, o número de casos em que os rácios obtidos pela aplicação dos dois normativos apresentam valores maiores, menores ou iguais em POC e em SNC. Esta análise permite concluir que, em termos globais, os rácios de liquidez geral, liquidez reduzida, liquidez imediata, endividamento e rendibilidade do capital próprio apresentam valores superiores em POC. Os rácios de autonomia financeira, solvabilidade e rendibilidade operacional das vendas evidenciam a situação oposta, ou seja, um maior número de situações em que os valores são superiores em SNC. No caso do rácio de rendibilidade do ativo na maioria dos casos os valores não se

alteraram. Assim, verifica-se que os rácios que apresentam o maior número de alterações com a transição são: rácio de liquidez geral, liquidez reduzida, liquidez imediata, endividamento, rendibilidade do capital próprio, autonomia financeira, solvabilidade e rendibilidade operacional das vendas.

Os testes estatísticos realizados permitem concluir que as diferenças originadas pela transição apenas são estatisticamente significativas para os rácios de liquidez geral, liquidez reduzida, liquidez imediata e rendibilidade do capital próprio, correspondendo a situações em que a transição do POC para o SNC originou, na maioria das situações, uma diminuição desses rácios.

**Tabela 6** – Resultados dos testes realizados em função do nível de endividamento das empresas

<b>Painel A – Testes nas empresas menos endividadas</b>					
<b>Rácios</b>	<b>SNC&gt;POC</b>	<b>SNC&lt;POC</b>	<b>SNC=POC</b>	<b>Estatística<sup>1</sup></b>	<b>P_value</b>
<b>Liquidez geral</b>	9	26	1	-2,326	0,020
<b>Liquidez reduzida</b>	11	24	1	-2,260	0,024
<b>Liquidez imediata</b>	8	25	3	-2,470	0,013
<b>Autonomia financeira</b>	21	12	3	0,500	0,618
<b>Endividamento</b>	12	21	3	-0,502	0,617
<b>Solvabilidade</b>	22	13	1	-1,114	0,265
<b>Rendibilidade do CP</b>	8	20	8	-1,985	0,047
<b>Rendibilidade do ativo</b>	7	13	16	-1,018	0,309
<b>Rendibilidade operacional das vendas</b>	22	10	4	-2,393	0,017

<b>Painel B – Testes nas empresas mais endividadas</b>					
<b>Rácios</b>	<b>SNC&gt;POC</b>	<b>SNC&lt;POC</b>	<b>SNC=POC</b>	<b>Estatística<sup>1</sup></b>	<b>P_value</b>
<b>Liquidez geral</b>	8	29	0	-2,814	0,005
<b>Liquidez reduzida</b>	9	28	0	-2,542	0,011
<b>Liquidez imediata</b>	5	22	10	-3,332	0,001
<b>Autonomia financeira</b>	20	14	3	-0,314	0,754
<b>Endividamento</b>	14	19	4	0,316	0,753
<b>Solvabilidade</b>	19	14	4	-0,777	0,437
<b>Rendibilidade do CP</b>	9	21	7	-2,296	0,022
<b>Rendibilidade do ativo</b>	8	10	19	-0,206	0,837
<b>Rendibilidade operacional das vendas</b>	15	17	5	-0,188	0,851

---

<sup>1</sup> Para as variáveis que seguem a distribuição normal (autonomia financeira e endividamento) é apresentada a estatística do teste t. Para as variáveis que não seguem a distribuição normal (as restantes) é apresentada a estatística z (teste Wilcoxon).

As empresas mais (menos) endividadas correspondem aquelas cujo rácio de endividamento, calculado com base no balanço preparado de acordo como o POC, se encontra acima (abaixo) da respetiva mediana.

Uma análise ao Painel A da Tabela 6 demonstra que os rácios de liquidez geral, liquidez reduzida, liquidez imediata, endividamento e rendibilidade do capital próprio apresentam valores superiores de acordo com o POC, para a maior parte das empresas que constituem a subamostra de empresas menos endividadas. Os rácios de autonomia financeira, solvabilidade e rendibilidade operacional das vendas são, na maioria dos casos, superiores em SNC. O rácio de rendibilidade do ativo é aquele que, na maioria das situações, se mantém inalterado.

Os testes estatísticos realizados permitem concluir que, nas empresas menos endividadas, apenas existem diferenças estatisticamente significativas para os rácios liquidez geral, liquidez reduzida, liquidez imediata, rendibilidade do capital próprio e rendibilidade operacional das vendas. Com exceção deste último rácio, nos restantes a transição do POC para o SNC originou, na maioria das situações, uma diminuição desses rácios.

A análise do Painel B da Tabela 6 permite observar que os rácios de liquidez geral, liquidez reduzida, liquidez imediata, endividamento, rendibilidade do capital próprio e rendibilidade operacional das vendas são, para a maioria das empresas que constituem a subamostra de empresas mais endividadas, superiores de acordo com o POC. Apenas os rácios de autonomia financeira e solvabilidade são superiores de acordo com o SNC. O rácio de rendibilidade do ativo é, na maioria das situações, igual de acordo com o POC e com o SNC.

Os testes estatísticos realizados na subamostra de empresas mais endividadas, apenas evidenciam diferenças estatisticamente significativas para os rácios de liquidez geral, liquidez reduzida, liquidez imediata e rendibilidade do capital próprio, que correspondem a situações em que a transição do POC para o SNC originou, na maioria das situações, uma diminuição desses rácios.

De salientar que a única diferença encontrada na análise da Tabela 6, em função do nível de endividamento das empresas, respeita ao rácio de rendibilidade

operacional das vendas. Na análise à Tabela 5, onde se considerou a totalidade da amostra, as diferenças encontradas neste rácio entre POC e SNC não eram estatisticamente significativas. Quando se analisam as empresas em função do endividamento, este rácio é, para a maioria das empresas menos endividadas, superior de acordo com o SNC e para a maioria das empresas mais endividadas superior em POC, sendo as diferenças encontradas estatisticamente significativas. Daqui não parece resultar que a transição para o SNC tenha sido de alguma forma aproveitada pelas empresas com maiores necessidades de financiamento para aumentar a sua rendibilidade e, desse modo, melhorar a sua imagem junto dos financiadores.

Relativamente aos restantes rácios analisados, a análise em função do endividamento da empresa leva a conclusões idênticas às obtidas quando se analisou a totalidade da amostra. Os rácios que observaram diferenças estatisticamente significativas na transição do POC para o SNC foram a liquidez geral, a liquidez reduzida, a liquidez imediata e a rendibilidade do capital próprio. Na maioria das empresas analisadas, estes rácios observaram uma diminuição com a transição do POC para o SNC.

Estes resultados levam a concluir que o impacto nos rácios económico-financeiros das empresas, resultante da transição do POC para o SNC, não é significativamente diferente entre empresas com maiores ou menores necessidades de financiamento, ou seja, leva a rejeitar a hipótese de investigação formulada.

Como forma de testar a robustez dos resultados anteriores, reproduziu-se a análise anterior dividindo a amostra em função da proporção de dívida financeira no total do ativo, considerando-se dois grupos de empresas: o primeiro formado pelas empresas que têm uma proporção de dívida financeira acima da respetiva mediana (mais dívida financeira) e o segundo formado pelas empresas que têm uma proporção de dívida financeira abaixo da respetiva mediana (menos dívida financeira).

**Tabela 7** – Resultado dos testes realizados em função do nível de dívida financeira das empresas

<b>Painel A – Teste nas empresas com menos dívida financeira</b>					
<b>Rácios</b>	<b>SNC&gt;POC</b>	<b>SNC&lt;POC</b>	<b>SNC=POC</b>	<b>Estatística<sup>1</sup></b>	<b>P_value</b>
<b>Liquidez geral</b>	12	23	1	-1,474	0,140
<b>Liquidez reduzida</b>	12	23	1	-1,507	0,132
<b>Liquidez imediata</b>	8	19	9	-1,783	0,075
<b>Autonomia financeira</b>	23	9	4	-0,127	0,899
<b>Endividamento</b>	9	23	4	0,127	0,899
<b>Solvabilidade</b>	23	10	3	-1,949	0,051
<b>Rendibilidade do CP</b>	6	21	9	-2,649	0,008
<b>Rendibilidade do ativo</b>	8	9	19	-0,227	0,820
<b>Rendibilidade operacional das vendas</b>	19	13	4	-1,552	0,121

<b>Painel B – Testes nas empresas com mais dívida financeira</b>					
<b>Rácios</b>	<b>SNC&gt;POC</b>	<b>SNC&lt;POC</b>	<b>SNC=POC</b>	<b>Estatística<sup>1</sup></b>	<b>P_value</b>
<b>Liquidez geral</b>	5	32	0	-3,824	0,000
<b>Liquidez reduzida</b>	8	29	0	-3,311	0,001
<b>Liquidez imediata</b>	5	28	4	-4,038	0,000
<b>Autonomia financeira</b>	17	17	3	0,184	0,854
<b>Endividamento</b>	17	17	3	-0,185	0,854
<b>Solvabilidade</b>	18	17	2	-0,068	0,946
<b>Rendibilidade do CP</b>	11	20	6	-1,752	0,080
<b>Rendibilidade do ativo</b>	7	14	16	-1,528	0,127
<b>Rendibilidade operacional das vendas</b>	18	14	3	-0,616	0,538

<sup>1</sup> Para as variáveis que seguem a distribuição normal (autonomia financeira e endividamento) é apresentada a estatística do teste t. Para as variáveis que não seguem a distribuição normal (as restantes) é apresentada a estatística z (teste Wilcoxon).

As empresas com mais (menos) dívida financeira correspondem aquelas cuja proporção da dívida financeira no total do ativo, calculada com base no balanço preparado de acordo como o POC, se encontra acima (abaixo) da respetiva mediana.

Da análise ao painel A da Tabela 7 observa-se que os rácios de liquidez geral, liquidez reduzida, liquidez imediata, endividamento e rendibilidade do capital próprio apresentam, para a maioria das empresas que constituem a subamostra de empresas com menos dívida financeira, valores superiores em POC. Os rácios de autonomia financeira, solvabilidade e rendibilidade operacional das vendas apresentam valores superiores em SNC para a maioria das empresas desta subamostra. O rácio de rendibilidade do ativo evidencia, na maior parte das

situações, idênticos valores em POC e SNC. Os testes estatísticos realizados evidenciam diferenças estatisticamente significativas entre os valores em POC e em SNC apenas para o rácio de rendibilidade do capital próprio, relativamente ao qual a maioria das situações analisadas evidencia uma diminuição com a transição para o SNC.

Ao analisar o Painel B da Tabela 7 constata-se que os rácios de liquidez geral, liquidez reduzida, liquidez imediata e rendibilidade do capital próprio apresentam, para a maioria das empresas que constituem a subamostra de empresas com mais dívida financeira, valores superiores em POC. Os rácios de solvabilidade e rendibilidade operacional das vendas apresentam valores superiores em SNC. O rácio de rendibilidade do ativo é aquele que apresentam um maior número de casos de idêntico valor em POC e SNC. Os testes estatísticos realizados evidenciam diferenças estatisticamente significativas entre os valores em POC e em SNC para os rácios de liquidez geral, liquidez reduzida e liquidez imediata, para os quais a maior parte das situações correspondem a diminuições com a transição para o SNC.

De uma forma geral, a análise realizada em função da dívida financeira das empresas não origina conclusões significativamente diferentes das apresentadas anteriormente. Pode assim concluir-se que a transição do POC para o SNC originou, na maioria das situações analisadas, uma diminuição nos rácios de liquidez geral, liquidez reduzida, liquidez imediata e rendibilidade do capital próprio e que estas variações não foram condicionadas pelas necessidades de financiamento das empresas.



## 4. Conclusão

O objetivo da presente dissertação foi o de analisar o impacto nos rácios económico-financeiros resultante da transição do normativo POC para o normativo SNC, procurando aferir se esse impacto foi determinado pelas necessidades de financiamento das empresas. A análise seguiu uma abordagem idêntica à de outros estudos (e.g. Callao et al., 2007) e consistiu em analisar o ano 2009, último ano de vigência do POC, para o qual se dispõe simultaneamente de informação financeira preparada de acordo com o POC e com o SNC. Para este efeito, analisou-se uma amostra de 73 sociedades anónimas facultada pelo Bureau van Dijk, entidade responsável pela comercialização da base de dados “SABI - Sistema de Análise de Balanços Ibéricos”.

Uma análise à totalidade da amostra revela que a transição para o SNC apenas originou diferenças estatisticamente significativas nos rácios de liquidez geral, liquidez reduzida, liquidez imediata e rendibilidade do capital próprio que, na generalidade das empresas analisadas, apresentavam maiores valores em POC, comparativamente com os valores obtidos em SNC. Quando se divide a amostra em função do endividamento ou da proporção de dívida financeira no total do ativo, não se observam diferenças significativas nas variações ocorridas nos rácios. Estes resultados sugerem que o efeito nos rácios económico-financeiros das empresas, resultantes da transição do POC para o SNC, não é diferente entre empresas com maiores e com menores necessidades de financiamento.

Esta dissertação contribui para o alargamento da evidência existente sobre os efeitos da transição do POC para o SNC nos rácios económico-financeiros, proporcionada por estudos anteriores (e.g. Matos, 2011; Machado, 2012), analisando esse efeito separadamente entre empresas com maiores e com menores necessidades de financiamento. Porém, esta dissertação contém algumas limitações, das quais se destaca o facto de a amostra analisada ter sido selecionada pela entidade responsável pela comercialização da base de dados “SABI - Sistema de Análise de Balanços Ibéricos”, em função da disponibilidade de informação. Por este motivo, não foi possível, por exemplo, realizar uma

análise por setores de atividade. Esta é uma sugestão de investigação futura, que está condicionada à disponibilidade de informação. Outra sugestão é a análise de outros determinantes que possam ter condicionado as variações ocorridas na transição, tais como a dimensão. Por fim, seria também de interesse analisar o comportamento dos rácios no ano seguinte à transição, isto é, em 2010, no sentido de aferir se o efeito da transição foi apenas pontual ou é intrínseco ao novo normativo.

## 5. Bibliografia

- Aisbitt, S. (2006). *Assessing the effect of the transition to IFRS on equity: The case of FTSE 100*. *Accounting in Europe*, 3 (1), 117-133.
- Araújo, S. M. A. (2010). *Impacto da aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade nas Empresas do PSI 20*. Tese de Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa.
- Athanasios, B., Kanellos, T. e Konstantinos, P. (2007). The consequences of applying International Accounting Standards (IAS) to the financial statements of Greek companies. Disponível em <http://ssrn.com/abstract=985048> (consultado em 20-11-2012).
- Barroca, C. A. (2011). *Subsídios do Governo no âmbito do SNC – NCRF 22*. Tese de Mestrado, Universidade de Aveiro - Instituto Superior de Contabilidade e Administração, Aveiro.
- Bianchi, M. T. M. (2009). *Processo preparatório de transição POC para NCRF/SNC: motivações e impactes*. Tese de Mestrado, Universidade do Porto, Faculdade de Economia, Porto.
- Callao, S., Jarne, J. I. e Laínez, J. A. (2006). *¿Cómo han tratado los grupos cotizados españoles el proceso de adopción de las NIC/NIIF?* *Observatorio Contable y Financiero*, 1, 32–49.
- Callao, S., Jarne, J. I. e Laínez, J. A. (2007). *Adoption of IFRS in Spain: effect on the comparability and relevance of financial reporting*. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 16 (2), 148-178.
- Cordazzo, M. (2008). *The impact of IAS/IFRS on accounting practices: evidences from Italian listed companies*. Working Paper, Free University of Bozen-Bolzano, School of Economics and Management.
- Correia, L. M. C. S. B. (2010). *A Implementação do Sistema de Normalização Contabilística numa PME do Sector da Indústria da Construção Civil*. Tese

de Mestrado, ISCTE Business School - Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa.

Decreto-Lei N.º 35/2005 de 17 de Fevereiro; *Alteração ao Plano Oficial de Contabilidade*. Diário da República, 1ª Série A - N.º 34, de 17 de Fevereiro.

Decreto-Lei N.º 158/2009 de 13 de Julho; *Aprovação do Sistema de Normalização Contabilística*. Diário da República, 1ª Série A- N.º 133, de 13 de Julho.

Encarnação, C. F. G. (2009). *Indicadores económico-financeiros: os impactos da alteração normativa em Portugal*. Tese de Mestrado, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa.

Fernandes, P. F. M. (2007). *O impacto da entrada em vigor das IFRS na gestão de resultados: a experiência ibérica*. Tese de Mestrado, Universidade do Porto, Faculdade de Economia, Porto.

Ferreira, H. M. S., Cravo, D. J. S. e Azevedo, G. M. C. (2012). *Efeito da adoção da NCRF6 “Ativos Intangíveis” do Sistema de Normalização Contabilística*. Estudos do ISCA, 3, Disponível em <http://revistas.ua.pt> (consultado em 20-11-2012).

Francis, J. e Schipper, K. (1999). *Have financial statements lost their relevance?* Journal of Accounting Research, 37 (2), 319-352.

Gjerde, Ø., Knivsflå, K. e Sættem, F. (2008). *The value-relevance of adopting IFRS: Evidence from 145 NGAAP restatements*. Journal of International Accounting, Auditing and Taxation, 17(2), 92-112.

Haller, A., Ernstberger, J. e Froschhammer, M. (2009). *Implications of the mandatory transition from national GAAP to IFRS — Empirical evidence from Germany*. Advances in Accounting, 25(2), 226-236.

Iatridis, G. e Rouvolis, S. (2010). *The post-adoption effects of the implementation of International Financial Reporting Standards in Greece*. Journal of International Accounting, Auditing and Taxation, 19(1), 55-65.

- Jaruga, A., Fijalkowska, J. Jaruga-Baranowska, M. e Frenzel, M. (2007). *The impact of IAS/IFRS on Polish accounting regulations and their practical implementation in Poland*. Accounting in Europe, 4 (1), 67-78.
- Jermakowicz, E. K. (2004). *Effects of adoption of international financial reporting standards in Belgium: The evidence from BEL-20 companies*. Accounting in Europe, 1, 51-70.
- Lantto, A. e Sahlstrom, P. (2009). *Impact of International Financial Reporting Standard adoption on key financial ratios*. Accounting and Finance, 49, 341-361.
- Lopes, P. e Costa, J. (2010). *O impacto da adopção das IAS/IFRS nas demonstrações financeiras das empresas cotadas no Euronext Lisboa*. Revista de Contabilidade e Gestão, 9, 49-86.
- Machado, J. J. S. (2012). *Os primeiros impactos da adoção do SNC nas PME de excelência em Portugal*. Tese de Mestrado, Universidade do Minho, Braga.
- Matos, H. A. P. (2011). *A adoção do Sistema de Normalização Contabilística e o seu impacto nas demonstrações financeiras*. Tese de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Porto.
- Morais, A.I. e Curto, J.D. (2008). *Accounting quality and the adoption of IASB standards: Portuguese evidence*. Revista de Contabilidade & Finanças, 19 (48): 103-111.
- Navarro-García, J. C. e Bastida, F. (2010). *An empirical insight on Spanish listed companies' perceptions of International Financial Reporting Standards*. Journal of International Accounting, Auditing and Taxation, 19(2), 110-120.
- Oliveira, B. I. D. (2012). *Perdas por imparidade em ativos: impactos de transição*. Tese de Mestrado, Universidade de Aveiro - Instituto Superior de Contabilidade e Administração, Aveiro.

- Paglietti, P. (2009). *Investigating the effects of the EU mandatory adoption of IFRS on accounting quality: evidence from Italy*. International Journal of Business and Management, 4 (12). Disponível em <http://www.ccsenet.org> (consultado em 20-11-2012).
- Perramon, J. e Amat, O. (2006). *IFRS introduction and its effect on listed companies in Spain*. Disponível em <http://papers.ssrn.com/abstract=1002516> (consultado em 20-11-2012).
- Pricewaterhausecoopers. (2009). *A adoção do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) - A caminho da convergência internacional*. Pricewaterhausecoopers. Disponível em <http://www.pwc.pt/pt/corporate/imagens/snc-set-09.pdf> (consultado em 20-11-2012).
- Regulamento (CE) N.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia, de 19 de Julho de 2002, relativo à aplicação das normas internacionais de contabilidade*. Jornal Oficial N.º L243 de 11/09/2002 p.0001-0004.
- Regulamento N.º 11/2005 Âmbito das Normas Internacionais de Contabilidade*. Diário da República, II Série – 09/12/2005.
- Ribeiro, I. R. P. (2010). *Impacto das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro nas empresas portuguesas, de acordo com a percepção dos TOC's*. Tese de Mestrado, Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa.
- Sá, E. S. (2004). *Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) Abordagem Teórica e Prática*. Porto: Vida Económica.
- Saias, L., Carvalho, R. e Amaral, M. C. (2004). *Instrumentos Fundamentais de Gestão Financeira* (4ª ed.). Lisboa: Universidade Católica.
- Soderstrom, N. S. e Sun, K. J. (2007). *IFRS adoption and accounting quality: A review*. European Accounting Review, 16 (4), 675-702.

Schiebel, A. (2006). *Value relevance of German GAAP and IFRS consolidated financial reporting: an empirical analysis on the Frankfurt Stock Exchange.*

Disponível em <http://ssrn.com/abstract=916103> (consultado em 20-11-2012).

Tsalavoutas, I. e L. Evans (2010). *Transition to IFRS in Greece: financial statement effects and auditor size.* *Managerial Auditing Journal*, 25 (8), 814-842.